

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5152/2022-PGJ, DE 19.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 56ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Aline Mendes Franco, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 19.10.2022, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5109/2022-PGJ, de 14.10.2022 (PGA nº 09.2022.00010289-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5158/2022-PGJ, DE 19.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as seguintes funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência (CAODH), até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1440/2020-PGJ, de 4.5.2020:

COORDENADOR	1ª SUPLENTE	2ª SUPLENTE
Francisco Neves Junior	Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5078/2022-PGJ, DE 13.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão da Ouvidoria do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul no período que antecede ao segundo turno das eleições de 2022, conforme segue:

DIAS DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
22 e 23.10.2022	Renzo Siufi

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5133/2022-PGJ, DE 18.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4814/2022-PGJ, de 28.9.2022, com redação dada pela Portaria nº 4864/2022-PGJ, de 30.9.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
22 e 23.10.2022	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
22 e 23.10.2022	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99890-1411

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4902/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 27 (vinte e sete) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, que seriam usufruídos no período de 19.10 a 14.11.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009557-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5130/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente dos Contratos nºs 187/PGJ/2021, 188/PGJ/2021, 189/PGJ/2021 e 190/PGJ/2021, a partir de 29.3.2022, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5288/2021-PGJ, de 8.12.2021, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/3385/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5131/2022-PGJ, DE 18.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registro de Preços nºs 40/PGJ/2022, 41/PGJ/2022, 42/PGJ/2022, 43/PGJ/2022, 44/PGJ/2022, 45/PGJ/2022, 46/PGJ/2022, 47/PGJ/2022, 48/PGJ/2022 e 49/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (PGA nº 09.2021.00005729-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO N° 2022NE004901 DE 19.10.2022 DO PROCESSO N° 09.2022.00010272-2**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mosko Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 09/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2022.

Objeto: Fornecimento de água mineral para atender as sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na Capital.

Valor: R\$ 4.792,00 (quatro mil setecentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004901 de 19.10.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 008/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00000796-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MGM CONSTRUÇÕES LTDA.**, representada por **Michel Lopes de Almeida**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, e previsão contida na Cláusula Décima Primeira, item 11.1.2, do Contrato nº 008/PGJ/2022.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 008/PGJ/2022, em decorrência da inexecução total do objeto, pela Contratada.

Data de assinatura: 20 de outubro de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 027/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001155-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Dr.Tertuliano Meirelles visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 18 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 028/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001139-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da EMEI Clebe Brazil Ferreira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 18 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 029/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001137-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da EMEI Aero Rancho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 18 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 030/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001135-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da EMEI Michele Regina Locatelli visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 031/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001156-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Profª Arlene Marques Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 032/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001154-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Profª Lenita de Sena Nachif visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 033/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001153-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Irene Szukala visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 034/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001152-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Rafaela Abrão visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 035/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001147-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Profª Flora Guimarães Rosa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 036/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001146-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Profª Eulália Neto Lessa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 037/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001142-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Profº Fauze Scaff Gattass Filho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 038/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001159-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da EMEI Constança Correia de Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 039/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001122-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal João de Paula Ribeiro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 19 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

CORUMBÁ

NOTÍCIA DE FATO Nº 01.2022.00005608-8**RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2022/02PJ/CBA**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 – PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, II e III, da Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” e garantir “a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 197 da CF, são de “são de relevância pública as ações e serviços de saúde [...]”;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que a lei confere aos Conselhos de Saúde as atribuições de *atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde*, atribuições estas que são também do próprio Poder Executivo e do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Saúde atuam compartilhando suas atribuições com os Gestores propriamente ditos (Secretarias de Saúde) e as Casas Legislativas (Câmaras de Vereadores), no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ladário/MS, por intermédio do *Ofício nº 094/2022 – GABINETE/SMS/PML*, noticiou irregularidades na eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Ladário/MS para o Biênio 2022-2024;



CONSIDERANDO que, no Ato de Eleição, não houve a leitura ou conhecimento do Regimento Eleitoral, para que assim se tornasse possível e legal a condução dos trabalhos do Conselho Municipal de Saúde de Ladário/MS;

CONSIDERANDO que o Edital de Convocação para Eleição da Composição do Conselho Municipal de Saúde de Ladário/MS, para o biênio 2022-2024, foi publicado apenas no perfil do respectivo Conselho na rede social *Facebook*, veículo de comunicação não oficial, pela secretária executiva do órgão;

CONSIDERANDO que as matérias definidas no Regimento Interno e decisões não foram homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído e publicadas no Diário Oficial do Município de Ladário/MS em forma de Resolução, gerando conflitos no entendimento e execução dos trabalhos por parte dos representantes de todos os seguimentos presentes;

CONSIDERANDO que “a eleição das entidades e dos movimentos dos usuários para comporem o CMS será coordenada por uma Comissão Eleitoral composta de 12 membros indicados pelos respectivos segmentos e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde” (artigo 63, caput, da Resolução CMS nº 017/2017), cuja constituição “será divulgada na página eletrônica do CMS e afixada na Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Saúde” (artigo 63, § 2º, da Resolução CMS nº 017/2017);

CONSIDERANDO que o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Municipal de Saúde deve seguir o estabelecido nos artigos 63 a 75, do Capítulo V, da Resolução CMS nº 017/2017, *in verbis*:

Art. 63 - A eleição das entidades e dos movimentos dos usuários para comporem o CMS será coordenada por uma Comissão Eleitoral composta de 12 membros indicados pelos respectivos segmentos e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde com a seguinte composição:

- i. Sete representantes do segmento dos usuários;*
- i. Três representantes do segmento dos profissionais de saúde; e*
- i. Três representantes do segmento do gestor/prestador, sendo dois representantes do governo e um representante dos prestadores de serviço de saúde;*

§ 1º - As entidades e os movimentos dos usuários que indicarem pessoas para compor a Comissão Eleitoral serão elegíveis.

§ 2º - Constituída a Comissão Eleitoral, esta será divulgada na página eletrônica do CMS e afixada na Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Saúde;

Art. 64 - A escolha dos representantes de entidades e dos movimentos de usuários e das entidades dos trabalhadores da área de saúde será feita por meio de processo eleitoral, a ser realizado a cada dois anos, contados a partir da primeira eleição.

Art. 65 – O processo eleitoral a que se refere o art. 63 deste Regimento para escolha das entidades que indicarão representantes em substituição aos atuais membros do CMS, será realizado em até noventa dias anteriores ao final do mandato dos atuais Conselheiros, em conformidade com o Regimento Eleitoral a ser aprovado pelo Plenário do CMS, homologado e publicado Diário Oficial do Município de Ladário – MS em forma de Resolução.

Parágrafo Único - Concluída a eleição referida no caput e designada os novos representantes do CMS caberá ao Presidente do CMS, do mandato cessante, convocar e presidir a reunião em que tomarão posse os Conselheiros Eleitos e em que se realizará a eleição do Presidente da Mesa Diretora.

Art. 66 – A eleição do Presidente e da Mesa Diretora do CMS será coordenada por uma Comissão Eleitoral, paritária, composta de quatro Conselheiros titulares, escolhidos entre aqueles que não forem disputar cargo para a Mesa Diretora.

Parágrafo Único - A constituição da Comissão Eleitoral será o primeiro item da pauta do primeiro dia da reunião em que será aprovador Regimento Eleitoral.

Art. 67 – A inscrição para eleição do Presidente e da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde será feita mediante apresentação de candidatura individual, sendo facultado a qualquer Conselheiro titular candidatar-se. A inscrição das candidaturas será feita no primeiro dia da reunião em que tomarão posse os novos Conselheiros.



Art. 68 – A eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa Diretora ocorrerá mediante votação aberta.

§ 1º - A eleição do Presidente do CMS, membro integrante da Mesa Diretora, precede a eleição dos demais membros da Mesa Diretora.

§ 2º - Eleito o Presidente do CMS, será preservada a paridade para a eleição dos demais membros da Mesa Diretora.

Art. 70 – Na eleição dos membros da Mesa Diretora, deverá ser garantida à paridade.

Art. 71 – O presidente do CMS e os membros da Mesa Diretora serão eleitos pelo Plenário e a Mesa Diretora será composta por Conselheiros titulares.

§ 1º - A Mesa Diretora do CMS será paritária e composta por quatro Conselheiros incluído o presidente do CMS.

§ 2º - O presidente do CMS será o coordenador da Mesa Diretora.

§ 3º - O mandato dos membros da Mesa Diretora, inclusive o do Presidente do CMS, será de 1 ano, permitida reeleição por mais um mandato.

§ 4º - O aditamento da eleição do Presidente e da Mesa Diretora só poderá ser definido por maioria qualificada dos membros do CMS, devendo ser ainda estabelecido o período do próximo mandato.

§ 5º - A Mesa Diretora desenvolverá o seu trabalho de forma colegiada.

Art. 72 - O resultado da eleição do Presidente e da Mesa Diretora será transcrito na ata de eleição e posse.

Art. 73 – As Comissões Eleitorais de que tratam os artigos 64 e 67 deste Regimento terão um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Secretário-Adjunto, que serão escolhidas entre os seus membros na primeira reunião após sua constituição.

Art. 74 – Caberá à Comissão das Entidades e dos Movimentos dos Usuários:

i. Conduzir e supervisionar o processo eleitoral e deliberar, em última instância, sobre questões a ele relativas;

i. Dar conhecimento público das candidaturas inscritas;

i. Requisitar ao CMS todos os recursos necessários para a realização do processo eleitoral;

i. Instruir, qualificar e julgar, em grau de recurso, decisões do presidente relativas ao registro de candidatura e outros assuntos;

i. Indicar e instalar as Mesas Eleitorais em número suficiente com a função de disciplinar, organizar, receber e apurar votos;

i. Proclamar o resultado eleitoral;

i. Apresentar ao CMS relatório do resultado do pleito, bem como observações que possam contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, no prazo de até trinta dias após a proclamação do resultado;

Indicar a mesa coordenadora das sessões plenárias dos segmentos, composta por um coordenador, um secretário e um relator;

i. Indicar um relator para acompanhar as discussões dos fóruns próprios ou grupos nas sessões planárias dos segmentos; e

i. Apurar os votos.

Art. 75 – À Comissão Eleitoral para escolha do Presidente e da Mesa Diretora do CMS caberá:

i. Receber as inscrições dos candidatos à Presidência e à Mesa Diretora e das entidades e/ou dos movimentos sociais;

i. Credenciar um fiscal indicado pelas entidades e /ou pelos movimentos sociais que se candidataram para acompanhamento da eleição;

i. Coordenar a apresentação da defesa dos candidatos, quando houver inscrição de mais de um, que deverá ocorrer até uma hora antes do início da votação;

i. Dar início ao processo de votação, mediante convocação nominal por lista dos Conselheiros titulares em ordem alfabética; e

i. Proclamar o resultado e dar posse imediata ao Presidente e à Mesa Diretora.

Parágrafo Único – Caberá à Secretaria-Executiva, quando houver inscrição de mais de uma candidatura, dar todo o apoio para realização da mesma.

CONSIDERANDO, por fim, que a Recomendação é um importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para ver respeitado o ordenamento jurídico sem que haja a necessidade da judicialização de eventuais conflitos, alertando seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de responsabilização nas esferas competentes;



CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”; e

CONSIDERANDO que compete a esta Promotoria de Justiça, em defesa da cidadania e saúde pública, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, recomendar medidas administrativas a serem adotadas em resposta à situação do Conselho Municipal de Saúde de Ladário/MS;

RECOMENDA ao Município de Ladário/MS, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Secretária Municipal de Saúde *Josiane Braga*, e ao Conselho Municipal de Saúde de Ladário/MS, representado pelo atual Presidente da Mesa Diretora *Luiz Afonso Perez Mazó*, sob pena de responsabilização do agente público omissor por improbidade administrativa (artigo 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92) e responsabilização criminal (artigo 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº 201/67): a realização de nova eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Ladário/MS para o biênio 2022-2024, em conformidade com os artigos 63 a 75 da Resolução CMS nº 017/2017.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjcumbamba@mpms.mp.br), no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Corumbá/MS, 17 de outubro de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL 0015/2022/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009920-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados/MS

Assunto : Acompanhar providências adotadas pelos gestores públicos para garantir tratamento de saúde essencial aos cidadãos M.S.S e E.F.V, na especialidade neurocirurgia oncológica.

Dourados, 17 de outubro de 2022

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI
Promotora de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001012-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina/MS - CEP 79750-000 Telefone: (67) 3441-1840 e disponível para consulta de forma eletrônica: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001012-5

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Everton Perete Bianchezzi e outros

Objeto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do lançamento de resíduos/substâncias oleosas em desacordo com a legislação vigente.

Nova Andradina/MS, 20 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0051/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00010146-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Porto Murtinho e Câmara Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Acompanhar a criação, a implantação e o início da efetiva operacionalização do PROCON no Município de Porto Murtinho - Exercício 2022.

Porto Murtinho, 17 de outubro de 2022

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta